

2021

ATHAYDE & ADVOGADOS ASSOCIADOS

VIGÊNCIA	
Início: 05/11/2021	Término: 05/11/2022
Objeto: Prestação de serviços de consultoria e assessoria jurídica	
Valor mensal: R\$ 6.250,01	

Processo Administrativo 15/2021 – Tomada de Preços, Edital 01/2021

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA E ASSESSORIA JURÍDICA

Contratante: CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL – 12ª REGIÃO, pessoa jurídica de direito público, constituída sob a forma de autarquia fiscalizadora, estabelecida na Rua dos Ilhéus, nº 38, Ed. Aplub, Sala 1005, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88.010-560, inscrita no CNPJ/MF sob nº 76.557.099/0001-99, representado por sua Presidente, Viviana Wachtel Seleme, CPF 751.379.929-68.

Contratada: ATHAYDE & ADVOGADOS ASSOCIADOS, pessoa jurídica de direito privado, sociedade de advogados inscrita na OAB/PR sob nº 8.227, inscrita no CNPJ/MF sob nº 05.389.834/0001-54 com sede na Rua Paula Gomes, nº 929, São Francisco, Curitiba/PR, CEP 80510-070 representado por Antônio Francisco Corrêa Athayde, CPF 302.500.649-87, na forma de seu Ato Constitutivo.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO DO CONTRATO

Parágrafo único. Constitui objeto do presente contrato a **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA E ASSESSORIA JURÍDICA**, relacionadas às atividades de inscrição, fiscalização, administração interna, processos de execução fiscal, processos ético-disciplinares, processos licitatórios, e demais procedimentos administrativos, sendo prestados pessoalmente na sede da CONTRATANTE, bem como a representação judicial e extrajudicial da CONTRATANTE, para defesa dos seus interesses, em virtude do resultado do Processo Licitatório Edital nº 01/2021, sendo o Edital e Anexos parte integrante e indissociável deste.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

Parágrafo único. Os serviços deverão ser prestados pessoalmente na sede da CONTRATANTE com cumprimento de, **no mínimo**, 30 (trinta) horas semanais para desempenho das atividades contratadas.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PAGAMENTO

§ 1º A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor mensal de Honorários Contratuais pactuado de R\$ 6.250,01 (seis mil duzentos e cinquenta reais e um centavo) para prestação dos serviços, correspondente à proposta vencedora do certame.

§ 2º Os pagamentos serão efetuados até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente à prestação dos serviços, após apresentação da Nota Fiscal, pela CONTRATADA à CONTRATANTE, no endereço por esta indicado. O pagamento será efetuado após a verificação da regularidade fiscal da contratada, a qual deverá apresentar juntamente com a nota fiscal, as certidões de regularidade fiscal perante a Receita Federal do Brasil, INSS e o FGTS.

§ 3º Em caso de irregularidade fiscal, a CONTRATANTE notificará o(a) CONTRATADO(A) para que sejam sanadas as pendências no prazo de 30 (trinta) dias, prorrogáveis por igual período. Findo este prazo, sem que haja a regularização fiscal, estará o contrato passível de rescisão e o(a) CONTRATADO(A) sujeito(a) às

sanções cabíveis

§ 4º Ocorrendo atraso nos pagamentos previstos acima, a CONTRATANTE fica sujeita ao pagamento de multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da obrigação, acrescido de mora de 1% (um por cento) ao mês, sobre o total, que será atualizado tendo como base a variação acumulada do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), calculado "*pro rata die*" e incidente entre a data do vencimento e a data do efetivo adimplemento da obrigação.

§ 5º A CONTRATADA fica ciente de que, por ocasião do pagamento, ocorrerá a retenção de INSS e ISS e, no caso de Pessoa Jurídica não optante do Super Simples, incidirão igualmente as retenções de PIS, COFINS, CSLL e IRPJ. Porém, a ausência da entrega do Relatório Mensal por parte da CONTRATADA, acompanhado de comprovante de recolhimento do FGTS e do INSS de seus empregados, do mês anterior, autoriza a CONTRATANTE, segundo seu juízo discricionário, em não efetivar qualquer pagamento, até que os referidos documentos sejam apresentados.

§ 6º A verba para custeio dos valores vinculados a presente Licitação está prevista orçamentariamente sob o nº. 6.2.2.1.1.01.04.003 - Serviços de Assessoria Jurídica

CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTE DO CONTRATO

I. O reajuste será permitido, desde que observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura deste contrato ou da data do último reajuste/repactuação.

II. O reajuste será efetuado de acordo com o índice INPC-IBGE.

CLÁUSULA QUINTA – DA FISCALIZAÇÃO SOBRE AS ATIVIDADES

Parágrafo único. Haverá dois tipos de fiscalização: a ordinária e a extraordinária. A ordinária será realizada mensalmente, ocasião em que a CONTRATANTE designará um fiscal que verificará o cumprimento do serviço e comunicará à CONTRATADA, sempre que verificada qualquer irregularidade, bem como receberá relatórios e documentos mensais, ou sempre que solicitado. A extraordinária realizar-se-á sempre que o CONTRATANTE praticar qualquer diligência, visando apurar se o contrato está sendo regularmente cumprido, inclusive solicitando novas informações à CONTRATADA, que terá como prazo de resposta de até 15 (quinze) dias.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Parágrafo único. São obrigações da CONTRATADA:

I - Executar na totalidade as atividades previstas, conforme previsão do Edital e Anexos do processo de licitação que deu origem ao presente Contrato, reparando, corrigindo ou refazendo às suas expensas, no todo ou em parte, os serviços que forem executados com vícios, defeitos ou incorreções.

II - Responder pelas despesas resultantes de quaisquer atos que ocasionem danos, seja por culpa direta ou de seus empregados ou representantes, obrigando-se, igualmente, pelas responsabilidades decorrentes de ações judiciais promovidas por terceiros, que venham a ser exigidas por força de Lei, ligadas ao cumprimento do Contrato.

III – Ressarcir a CONTRATANTE de todos os prejuízos que por dolo ou culpa der causa.

IV – A CONTRATADA responde pessoalmente por todo e qualquer despesa previdenciária, fiscal, comercial ou trabalhista que venha a adquirir, sozinho ou por razão dos empregados que possua. Em nenhuma hipótese o CONTRATANTE responde pelas obrigações supracitadas.

V - Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, em consonância com o disposto no inciso XIII, do artigo 55 da Lei nº 8.666/93.

VI - Possuir, durante toda a vigência do contrato, um sistema de atendimento através de telefonia fixa ou móvel, para atendimento a CONTRATANTE.

VII - Todos e quaisquer impostos, taxas e contribuições fiscais e parafiscais, inclusive os de natureza previdenciária, social e trabalhista, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer natureza, decorrentes da celebração deste contrato ou de sua execução, correrão única e exclusivamente por conta da CONTRATADA

VIII - Substituir, a qualquer tempo, o advogado representante que prestar o serviço presencialmente na sede do CRESS/SC, se constatada inépcia e/ou desídia no cumprimento das atribuições.

IX - Providenciar a imediata correção das recomendações e deficiências apontadas, por escrito, pela CONTRATANTE, facilitando a ampla ação desta, com pronto atendimento aos pedidos de esclarecimento porventura solicitados, quanto à execução do contrato;

X - Prestar os serviços ora contratados sem interrupção, seja por motivos de férias, descanso semanal, licença, falta ao serviço, demissão, ou outros;

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Parágrafo único. São obrigações da CONTRATANTE:

I – Prestar as informações e documentos que se fizerem necessários à boa e fiel execução do objeto da presente Contratação;

II – Pagar a CONTRATADA até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente à prestação dos serviços do recebimento do Relatório e da Nota Fiscal, para cada etapa de prestação do serviço, sob pena de multa de 2% (dois por cento) e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês;

III – Escolher um fiscal do Contrato entre seus trabalhadores ou conselheiros que terá o dever de fiscalizar o cumprimento do Contrato pela CONTRATADA, bem como exigir os documentos relativos à regularidade fiscal para que o pagamento possa ser adimplido;

IV – Efetuar a retenção e o recolhimento de todos os tributos aos quais esteja obrigado a fazê-lo, incidentes sobre as atividades vinculadas à execução do Contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DAS CONDUTAS VEDADAS E SUAS SANÇÕES

§ 1º São condutas vedadas à CONTRATADA:

I – Inexecução total ou parcial do Contrato ou, ainda, a inépcia e/ou desídia no cumprimento do dever, sem prejuízo de outras causas;

II – A paralisação dos serviços, sem justa causa e prévia comunicação à CONTRATANTE;

III– A subcontratação, caracterizada pela contratação de pessoas físicas e jurídicas, fora das hipóteses previstas no Edital e Anexos;

IV– O cometimento reiterado de faltas na execução do serviço;

V– A inadimplência da CONTRATADA quanto suas obrigações tributárias exigidas neste contrato, quando não sanadas no prazo de 90 dias (sem prejuízo da CONTRATANTE reter os pagamentos enquanto a situação não for regularizada).

§ 2º Todos os casos acima indicados, que não envolverem prejuízo financeiro concreto à CONTRATANTE, advertência ou multa de até 10% do valor pactuado. Na segunda reiteração de conduta, poderá ser aplicada multa de até 10% do valor pactuado ou a rescisão do contrato.

§ 3º Quando a conduta da CONTRATADA, dentre as mencionadas acima, causar prejuízo real e imediato à CONTRATANTE, aquela estará sujeita à possibilidade de multa, conforme parágrafo anterior, desde a primeira falta.

§ 4º Para fins de reincidência, as punições anteriores serão consideradas válidas pelo prazo de um ano após sua aplicação. Encerrado esse prazo, deve-se zerar os antecedentes da CONTRATADA.

CLÁUSULA NONA – DA DURAÇÃO DO CONTRATO

§ 1º O presente contrato tem vigência de 12 (doze) meses a partir de sua assinatura, podendo, no interesse da CONTRATANTE, ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, respeitando-se o limite de 60 (sessenta) meses, nos termos do inciso II, do artigo 57 da Lei nº 8.666/93.

§ 2º O contrato poderá ser rescindido antecipadamente por qualquer um dos contratantes pelos motivos abaixo indicados:

I– Inexecução total ou parcial do contrato, especialmente no que se refere ao não cumprimento das atividades assinaladas ou, ainda, a inépcia e/ou desídia no cumprimento do dever, sem prejuízo de outras causas;

II– A paralisação do serviço, sem justa causa e prévia comunicação à CONTRATANTE;

III– A subcontratação, caracterizada pela contratação de pessoas físicas e jurídicas, fora das hipóteses previstas no Edital e Anexos;

IV– O cometimento reiterado de faltas na execução do serviço;

V– A dissolução, cisão ou incorporação da pessoa jurídica contratada;

VI– A modificação da previsão orçamentária do CONTRATANTE que o leve à diminuição do valor a ser pago referente aos serviços contratados, caso a redução não seja aceita pela CONTRATADA;

VII– Pela contratação da CONTRATADA em outro contratante público que exija exclusividade;

VIII VIII – Por comum acordo entre as partes;

IX – Por inadimplência da CONTRATADA quanto às suas obrigações tributárias exigidas nesse contrato;

X – Pelo não fornecimento de qualquer documentação exigida, quando solicitado pelo CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E DA VINCULAÇÃO À PROPOSTA

I. O presente contrato fundamenta-se na Lei nº 8.666/93;

II O presente contrato vincula-se aos termos:

- a. do Edital Tomada de Preço 01/2021; e
b. da proposta vencedora da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DISPOSIÇÕES GERAIS

O edital da licitação, seus anexos e a proposta adjudicada, fazem parte integrante e indissociável ao presente contrato, servindo-lhe subsidiariamente no que se refere a observância de direitos e deveres não diretamente relacionados no presente instrumento de contrato, desde que não conflitem com o mesmo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO COMPETENTE

Parágrafo único. As partes contratadas elegem o foro federal de Florianópolis, Santa Catarina, para dirimir qualquer ação oriunda deste contrato.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, as quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA, e pelas testemunhas abaixo, devidamente qualificadas.

Florianópolis, 05 de novembro de 2021.


VIVIANA WACHTEL

SELEME:7513799296

8

Assinado de forma digital por
VIVIANA WACHTEL
SELEME:75137992968
Dados: 2021.11.05 09:14:02 -03'00'

Viviana Wachtel Seleme
CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO
SOCIAL 12ª REGIÃO
CNPJ 76.557.099/0001-99


Assinado digitalmente por:
ANTONIO FRANCISCO CORREA ATHAYDE
Sua autenticidade pode ser confirmada no endereço:
<<http://www.serpro.gov.br/assinador-digital>>

Antônio Francisco Corrêa Athayde,
ATHAYDE & ADVOGADOS
ASSOCIADOS
CNPJ 05.389.834/0001-54

Testemunhas:

DANIEL

COLOMBO:029

77305920

Assinado de forma digital
por DANIEL
COLOMBO:02977305920
Dados: 2021.11.05
09:31:10 -03'00'